

A ministra Dilma Rousseff deixa de lado o tom discreto e ataca críticos do novo modelo do setor elétrico

Fora, especulação!

ESTELA CAPARELLI E ANDRÉ CARRAVILLA

Nos últimos seis meses, a ministra Dilma Rousseff evitou fazer qualquer comentário sobre o novo modelo do setor elétrico em público. Queria evitar polêmicas com empresários e investidores enquanto discutia o novo desenho da energia no país. Agora que as novas regras foram oficialmente divulgadas, Dilma mudou a estratégia. Retomou seu estilo linha dura para defender o modelo do governo. Em entrevista a ÉPOCA, ataca a situação do setor elétrico provocada pelas regras anteriores. Segundo a ministra, essas diretrizes permitiam que um grupo de empresas embolsasse lucros em prejuízo do consumidor. 'Não queremos um modelo que permita a especulação. O modelo não aceita ganhos fáceis, não aceita que o consumidor pague todos os equívocos e não aceita que não existam obrigações claras', diz. Nas próximas semanas, Dilma terá de enfrentar um novo desafio. O PSDB entrou na Justiça para derrubar as medidas provisórias que criaram o novo desenho.

Trajatória

Foi secretária da Fazenda de Porto Alegre entre 1986 e 1988. Também foi secretária de Energia, Minas e Comunicações no governo do Rio Grande do Sul na gestão de Olívio Dutra e na de Alceu Collares.

Perfil

Mineira, de 57 anos, é divorciada e tem uma filha.

Curiosidades

Nos anos 70, foi dirigente da organização guerrilheira VAR-Palmares e usava os codinomes Estela e Wanda

ÉPOCA - Especialistas e investidores consideram que o novo modelo do setor elétrico concentra poderes na mão do Estado. Como a senhora encara essa crítica?

Dilma Rousseff - Só o Estado pode planejar. Essa é uma função de governo que não pode ser delegada a uma empresa. Se alguém estiver defendendo o planejamento privado do setor elétrico brasileiro, deve se sujeitar às conseqüências de defender uma tolice dessas. Não há na História casos em que o governo abra mão da função de planejamento para nenhum órgão privado.

ÉPOCA - Por que há tantas críticas ao modelo do governo?

Dilma - Queremos construir algo estável, capaz de atrair investimentos. Não haverá espaço para ganho fácil. Nosso modelo não vai punir o investidor, acabar com a rentabilidade ou criar possibilidade de perda. Ao contrário, estamos falando que nossa regra é permanente. Gostaria sinceramente que me explicassem onde estou estatizando.

ÉPOCA - No novo modelo, o Estado tem mais poderes e determina onde e como deve ser investido.

Dilma - Só uma pergunta: por que o governo Bush pode planejar? O governo Bush é estatizante? Quem entrar no site do departamento de energia americano comprova que existe uma política nacional de energia. O horizonte de planejamento é de 25 anos. Por essa política, o governo determina onde serão gastos os recursos. A Shell é uma empresa estatizante? A Shell faz planejamento de 50 anos. O Brasil não vai poder fazer planejamento de longo prazo por que, hein?

ÉPOCA - Além de planejar, o novo modelo prevê que o Estado indicará o comandante do Operador Nacional de Sistema (ONS). Essa não é uma forma de concentrar poderes?

Dilma - Não estamos estatizando nada. Ninguém considera que a Aneel (Agência de Energia Elétrica) é estatal. A estrutura da ONS vai ser parecida com a da Aneel.

"Alguns geradores que fizeram autocontratação tiveram ganhos absurdos. Esses ganhos eram repassados para os consumidores. Também perderam os geradores que não tinham uma distribuidora do mesmo grupo a quem vender energia"

ÉPOCA - Como assim?

Dilma - Hoje, a diretoria da ONS é nomeada por um conselho de representantes dos setores público e privado. O conselho não tem autonomia em relação aos agentes. Por isso, criamos mandatos de quatro

anos prorrogáveis por mais quatro. Com essa medida, estamos desvinculando a diretoria da ONS do conselho. O que fiz foi impedir que o conselho, integrado por empresas públicas e privadas, tenha ingerência sobre a diretoria. No caso da ONS três membros da diretoria serão escolhidos pelo governo e dois pelos agentes privados. Eles terão autonomia de gestão e vão prestar contas para a Aneel, e não para o Executivo.

ÉPOCA - Por que essa independência é importante?

Dilma - O país está interligado por redes de transmissão e alta-tensão. A ONS é um órgão que manda as usinas entrar ou sair. O órgão tem um nível de arbitragem. A ONS não pode ter interferência de agentes públicos nem privados sobre os procedimentos de rede. Se tiver, o resultado será aumento tarifário.

ÉPOCA - Por que foi feita a alteração?

Dilma - O próprio governo anterior fez uma ampla análise de que a ONS tinha fragilidades de governança.

EPOCA - Como a senhora avalia a iniciativa do PSDB de entrar na Justiça para derrubar as MPs que criam o novo modelo?

Dilma - Acreditamos que essa ação é contraditória, já que o governo anterior legislou basicamente por medida provisória. Entre 1995 e 2002 foram editadas 12 MPs sobre o setor elétrico. A legislação básica do setor elétrico foi criada por medida provisória, incluindo a criação da Aneel e do MAE (Mercado Atacadista de Energia). Enviamos por MP devido à urgência de estabilizar o marco regulatório do setor. As características legais do projeto foram bastante analisadas pelo governo. Estamos seguros de que não haverá problemas nesta área.

ÉPOCA - O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, acredita que o modelo preocupa porque é muito centralizador...

Dilma - Claudio Sales representa interesses muito concretos. Não posso ficar respondendo a ele. Estamos rompendo com duas coisas: contratações dentro do mesmo grupo econômico e tarifas muito elevadas que são repassadas do gerador para o distribuidor. O que nós estamos tentando é baixar o risco. Estamos deixando para trás um modelo que favorecia alguns ganhos absurdos e ao mesmo tempo atribuía perdas absurdas.

ÉPOCA - Quem ganhou e quem perdeu?

Dilma - Alguns geradores que fizeram a autocontratação (vendiam energia para uma distribuidora do mesmo grupo econômico) tiveram ganhos absurdos. Esses ganhos eram repassados para os consumidores por meio de aumento de tarifas. Também perderam os geradores que não tinham uma distribuidora do mesmo grupo econômico a quem vender energia. Essas empresas não tinham para quem vender energia elétrica. Que tipo de mercado competitivo é esse? Além disso, no modelo anterior, o vencedor de uma licitação de construção de usinas, por exemplo, era aquele que dava o maior lance no leilão. Em alguns casos, o ágio chegou a mais de 3.000%. Esses ágios eram repassados para o consumidor, por meio das tarifas. No novo modelo, o vencedor terá de apresentar a menor tarifa.

ÉPOCA - Com essa mudança haverá investidores interessados?

Dilma - No atual modelo, o vencedor terá garantido contratos de venda da energia. O que nós estamos tentando é baixar o risco do investidor.

ÉPOCA - Então, o governo não espera uma cautela maior dos investidores?

Dilma - Acredito que, com a estabilidade econômica, haverá presença significativa de investimentos em dólar. Mas não se podem contar investimentos em dólar para sustentar a expansão de infra-estrutura no Brasil. Este é um segmento que não exporta. Por isso, não é possível que o Brasil abra mão de parcerias entre o público e o privado.

ÉPOCA - Quem ficou satisfeito com o modelo além do próprio governo?

Dilma - Não quis mudar tudo por capricho. Tivemos dois apagões, seguidos de um racionamento de nove meses e acompanhados de uma queda de mercado de 20%. Existe também o efeito pêndulo: uma hora saímos de uma escassez pesada de energia para uma sobra monstruosa. Ou seja, tínhamos um sistema totalmente desequilibrado. Não sei a quem serve dizer que isso era perfeito e que era mecanismo normal de mercado.

ÉPOCA - Houve resistências ao novo modelo dentro do Ministério da Fazenda?

Dilma - Não me parece que isso aconteceu. Mas, se houve, pergunte a eles.

"O novo modelo do setor elétrico é mais sério. É um modelo que não aceita ganhos fáceis e nem mesmo que os consumidores paguem por todos os equívocos. Ele não aceita a ausência de obrigações claras"

ÉPOCA - Quais são as principais dificuldades para a elaboração do novo modelo do setor?

Dilma - Quando assumi o cargo de ministra, todos me alertavam para a gravidade do problema. Em todo o lugar, diziam que não daríamos conta do recado. Um dos maiores problemas era o fato de o MAE estar paralisado. O MAE estava completamente inadimplente. Não havia auditoria prévia e existia uma enorme suspeita sobre tudo e havia falta de credibilidade total na instituição. Limpamos e moralizamos esse mercado, que havia saído de duas intervenções pesadas do governo anterior.

ÉPOCA - O modelo proposto vai aumentar as punições impostas às distribuidoras que não cumprirem as regras?

Dilma - Elas não vão ter penalizações diferentes das que têm hoje.

ÉPOCA - Então por que há tanta discussão sobre o assunto?

Dilma - Acho que o novo desenho é mais sério. É um modelo que não aceita ganhos fáceis e nem mesmo que os consumidores paguem por todos os equívocos. Ele não aceita a ausência de obrigações claras.

ÉPOCA - As tarifas vão cair com esse novo desenho?

Dilma - Posso dizer para o consumidor que ele pode esperar energia mais barata. Só não temos como dizer quanto.

ÉPOCA - Teremos reduções de tarifas no próximo ano?

Dilma - Alguns contratos firmados no governo anterior prevêem aumento de tarifa em 2004. O consumidor ainda vai sentir os efeitos do modelo anterior. Nossa esperança é que esses reajustes sejam pouco expressivos, porque essas empresas vão estar convivendo com energia muito mais barata, ou seja, em um mercado mais competitivo.

ÉPOCA - O Estado vai participar mais de projetos do setor?

Dilma - Dificilmente investiremos sozinhos. Faremos parcerias com o setor privado. Seria ridículo supor que esse modelo seja sustentado só por investimento público.

ÉPOCA - No novo modelo as geradoras federais terão uma participação maior nos novos projetos?

Dilma - As estatais sempre participaram minoritariamente. É preciso ter a participação dessas empresas. Acreditamos que, do ponto de vista do investidor privado, essas parcerias estabilizam o setor. A relação com os investidores não deve ser analisada do ponto de vista ideológico, mas comercial. Nesse sentido não há dúvida de que as parcerias são positivas.

ÉPOCA - Esse modelo acaba com os riscos de um novo apagão?

Dilma - Se as coisas continuassem do jeito que estavam e não fosse feito nenhum novo investimento, o país enfrentaria problemas a partir de 2008. Estamos tomando as providências para que não exista risco de apagão.

ÉPOCA - A senhora garante que não haverá novos apagões?

Dilma - Não nos consideramos perfeitos. A verdade é que, até agora, não verificamos nenhum buraco nesse novo modelo. Discutimos o modelo com todos os envolvidos no setor. Novamente, o que não queremos é uma discussão ideológica.

ÉPOCA - Como vai ser 2004 para o setor elétrico ?

Dilma - Será um ano de muito trabalho, porque vamos construir as instituições do setor. É preciso ficar claro que respeitaremos contratos. Podemos não concordar com a lógica que levou àqueles contratos, mas reconhecemos que todos foram firmados dentro da mais absoluta legalidade.

ÉPOCA - Há rumores de que a senhora está apaixonada. É verdade?

Dilma - Não.